



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Diretoria de Obras

Nota Técnica N.º 16/2026 - NOVACAP/PRES/DO

Brasília-DF, 20 de março de 2026.

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (DE ACORDO COM A LEI 13.303/2016)

OBJETO:	Registro de preços para contratação de empresa para implantação, recuperação e reforma de Obra de Arte Corrente (OAC) do tipo pontilhão em todo o Distrito Federal.
----------------	---

INTRODUÇÃO:

O presente documento se refere ao Projeto Básico para registro de preço visando a contratação de empresa para implantação, recuperação e reforma de pontilhões.

Tal demanda faz-se necessária tendo em vista as inúmeras solicitações recebidas pela NOVACAP, advindas de outros órgãos do Governo do Distrito Federal e Administrações Regionais, para intervenção em pontilhões localizados em todo o Distrito Federal.

Considerando os limites operacionais da Divisão de Obras Direta para execução desses serviços, a contratação de empresa especializada é medida necessária.

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei Nº 13.303, de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto Nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e ao Decreto Distrital Nº 45.539, de 28 de fevereiro de 2024.

OBJETO

Registro de preços para contratação de empresa para implantação, recuperação e reforma de Obra de Arte Corrente (OAC) do tipo pontilhão em todo o Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

O procedimento licitatório tem como objetivo atender às inúmeras demandas apresentadas à NOVACAP para implantação, recuperação e reforma de pontilhões em todo o Distrito Federal.

- **Da necessidade de intervenção:** As intervenções em pontilhões justificam-se pelos seguintes fatores, que comprometem a segurança e a integridade das estruturas e do tráfego local:
- **Aumento do tráfego e das cargas:** crescimento do fluxo de veículos e tráfego de cargas superiores ao previsto no projeto original, exigindo adequação das estruturas às demandas atuais de mobilidade;
- **Danos causados por eventos externos:** erosão e socavamento nas fundações, impacto de veículos, enchentes e eventos climáticos extremos;
- **Adequação funcional e normativa:** necessidade de adequação às normas de acessibilidade, segurança viária e atualização conforme normas técnicas vigentes (ABNT / DNIT);
- **Economicidade:** a recuperação e manutenção de pontilhões existentes é alternativa técnica e economicamente mais vantajosa do que sua substituição integral, permitindo prolongar a vida útil das estruturas por várias décadas com custo significativamente inferior.

ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, conforme atribuições definidas em seu Estatuto Social, executa suas atividades mediante demandas apresentadas pelos entes legitimados e de acordo com a correspondente destinação e disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros suficientes para sua execução.

Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços demonstra-se o instrumento contratual mais adequado ao objeto, considerando que, embora as demandas para implantação, recuperação e reforma de pontilhões sejam contínuas e recorrentes em todo o Distrito Federal, a previsão quantitativa das intervenções é de difícil determinação prévia, uma vez que o surgimento e a priorização das demandas depende de fatores dinâmicos — como inspeções periódicas, solicitações emergenciais, ocorrências climáticas e solicitações dos demais órgãos do GDF.

Embora seja certa a necessidade de execução desses serviços, não é possível determinar previamente todos os pontilhões a serem atendidos, tampouco os quantitativos exatos de cada intervenção.

Adicionalmente, os serviços de intervenção em pontilhões, embora executados em localidades distintas, seguem metodologia construtiva padronizada e especificações técnicas uniformes, o que assegura a natureza comum do objeto independentemente da localização da intervenção. A execução exige mobilização de equipes e equipamentos, cujos custos variam conforme a dimensão, urgência e localização da intervenção. Nesse cenário, a adoção do SRP mostra-se o instrumento contratual mais adequado, pois possibilita responder de forma ágil e planejada às necessidades emergenciais e programadas, sem necessidade de instaurar novas licitações a cada demanda, garantindo padronização técnica, economicidade e continuidade operacional.

Sob o ponto de vista operacional e estratégico, o SRP assegura:

- Disponibilidade imediata de empresa qualificada, apta a atuar em diversas frentes simultaneamente em todo o Distrito Federal;
- Flexibilidade na execução, ajustando o volume contratado conforme a necessidade real identificada pelos órgãos demandantes;
- Padronização dos serviços e materiais, garantindo maior durabilidade e controle de qualidade das intervenções;
- Racionalização de custos e agilidade processual, evitando múltiplas licitações pontuais para cada intervenção identificada;
- Previsibilidade orçamentária e gestão eficiente de recursos públicos.

Portanto, a contratação por Ata de Registro de Preços constitui a solução mais vantajosa, célere e juridicamente segura, compatível com a natureza dinâmica e imprevisível das demandas para implantação, recuperação e reforma de pontilhões em todo o Distrito Federal.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para implantação, recuperação e reforma de Obra de Arte Corrente (OAC) do tipo pontilhão em todo o Distrito Federal.				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM		NÃO	X
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X
<p>1 — Os serviços possuem natureza comum, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital de licitação mediante especificações usuais do mercado. Os pontilhões enquadram-se na categoria de Obras de Arte Correntes (OAC), estruturas de pequeno porte e tipologia padronizada, cujas técnicas construtivas são amplamente conhecidas e oferecidas pelo mercado.</p> <p>2 — Os serviços objeto da presente contratação não são de natureza continuada;</p> <p>3 — O objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da Informação, visto que se trata de execução de serviços de engenharia civil em estruturas de pequeno porte;</p> <p>4 — Trata-se de serviço de natureza comum que não apresenta inovação tecnológica ou técnica;</p> <p>5 — Os serviços ora licitados não são de Tecnologia da Informação;</p>				

6 — Não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO

Estimada	X
Definida	

PARCELAMENTO DO OBJETO

SIM

NÃO

X

JUSTIFICATIVA: A decisão pelo não parcelamento do objeto justifica-se pelo fato de que a divisão em múltiplos lotes não proporcionaria ganho de economia de escala, resultando, ao contrário, em aumento dos custos relativos à administração local e à fiscalização, bem como em maior complexidade no acompanhamento das atividades. Tal cenário impactaria negativamente a eficiência da gestão, de modo que a manutenção da contratação em sua integralidade assegura melhores condições de economicidade e de otimização dos recursos humanos e operacionais da Companhia, em consonância com o § 2º do art. 20 do RLC/NOVACAP.

MODALIDADE

Procedimento Licitatório Eletrônico	
Procedimento Licitatório Presencial	
Pregão Eletrônico	X
Pregão Presencial	
Dispensa de Licitação	
Inexigibilidade de Licitação	

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

SIM

X

NÃO

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

SIM

NÃO

X

1 — Não haverá restrição à participação de empresas consorciadas, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no Edital. A participação de consórcios visa ampliar a competitividade do certame e garantir o atendimento das exigências técnicas relativas ao objeto.

2 — Nos termos da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União (TCU), é vedada a participação de cooperativas de trabalho em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado, houver necessidade de subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade na prestação dos serviços. No caso em apreço, as atividades envolvem equipes técnicas especializadas atuando de forma coordenada, subordinada e contínua, sob controle direto da contratada, com observância rigorosa de normas de segurança e padrões técnicos, tornando incompatível a participação de cooperativas de trabalho.

PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS

SIM

X

NÃO

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

SIM

X

NÃO

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP

SIM

NÃO

X

1 — A participação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) será admitida. Visando atender à legislação vigente, será imposta pela CONTRATANTE à CONTRATADA a subcontratação compulsória de ME e EPP no percentual mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto.

MODO DE DISPUTA

Aberto	X
Fechado	
Combinado	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	

REGIME DE EXECUÇÃO	
Empreitada por Preço unitário	X
Empreitada por Preço global	



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA VAZ - Matr.0074895-1, Diretor(a) de Obras**, em 20/03/2026, às 16:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **198165110** código CRC= **CB0D51BF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00004485/2026-18

Doc. SEI/GDF 198165110

Criado por [juliana.faco](#), versão 2 por [juliana.faco](#) em 20/03/2026 14:34:55.